



Despacho n.º 20/2022

Delegação de Competências do Presidente da Câmara no Chefe da Subunidade de Desenvolvimento Social

Considerando:

- 1. A necessidade em garantir uma maior celeridade na obtenção da competente decisão administrativa;*
- 2. A possibilidade legal prevista no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de o Presidente da Câmara delegar competências nos dirigentes;*
- 3. O previsto nos artigos 44.º a 50.º do Código de Procedimento Administrativo;*
- 4. A nomeação, em regime de substituição, do Chefe da Subunidade de Desenvolvimento Social, Alda Gomes Marques, para direção da nova unidade orgânica – Subunidade de Desenvolvimento Social;*

Delego na Chefe da Subunidade de Desenvolvimento Social, Alda Gomes Marques, com a possibilidade de subdelegar, as competências:

- **das alíneas b) e c) n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**
 - Executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade, nas matérias afetas à Subunidade;
 - Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da Subunidade;
- **alíneas a), b), f) e m) do n.º 2 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**
 - Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;

- Justificar ou injustificar as faltas dos colaboradores afetos à Subunidade, exceto quanto ao pessoal dirigente;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário relativo a colaboradores afetos à Subunidade em consonância com as respetivas dotações orçamentais;
- **das alíneas e), g), e m) do n.º 3 do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**
 - e) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
 - g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
- Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante e bem assim assinar a correspondência da respetiva unidade orgânica, quando se trate de ato mero expediente, com destino a quaisquer entidades, organismos públicos e particulares.

Peniche, 02 de maio de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



Henrique Bertino Batista Antunes